



Número: **0000149-63.2019.8.17.2820**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Jataúba**

Última distribuição : **26/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DANILO PAIVA FERREIRA (AUTOR)		KELLY JULLIANNY SANTOS FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59066070	11/03/2020 10:55	2702337_CONTESTACAO_PROTOCOLADA_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JATAUBA/PE

Processo: 00001496320198172820

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DANILO PAIVA FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **26/09/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 07/11/2017.

A parte autora apesar de reconhecer que recebeu verba indenitária em sede administrativa, tenta levar esse Juízo a erro, vez que ao contrário do alegado o pagamento efetuado foi no importe de **R\$ 2.531,25 (DOIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)**, sendo este valor correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada.

Repita-se que o pagamento administrativo realizado foi de acordo com percentual indenizável para as supostas lesões suportadas pela parte autora, segundo a graduação da repercussão sobre a importância máxima segurada, em total consonância com o parecer médico pericial.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DA FALTA DE ASSINATURA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA.

Isso se deve, tendo em vista que além da notícia ter sido registrada pela vítima menor de idade, desacompanhado e sem qualquer testemunha do fato, o referido documento não foi devidamente assinado pelo noticiante.

Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PFZ4607** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO) Chassi: **9C2JC410CR566296**
Ano Fabricação/Modelo: **2012/NÃO INFORMADO** Combustível: **ALCO/GASOL**

Complemento / Observação

SEGUNDO INFORMOU O DEPOENTE ESTAVA NA SUA MOTO DESCRITA NO BO VINDO DO SÍTIO JURUCUTU PARA A CIDADE DE JATAUBA QUANDO PERDEU O CONTROLE DA REFERIDA MOTO, POIS BATEU EM UMA PEDRA, E NA QUEDA O DEPOENTE QUEBROU UM DEDO DA MÃO DIREITA CONFORME DOCUMENTOS APRESENTADOS.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

DANILO PAIVA FERREIRA
(VITIMA)

B.O. registrado por: **LUIZ CARLOS PIRES NUNES JÚNIOR** Matrícula: **273185-1**

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.



DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA INÉPCIA DA INICIAL

DOCUMENTOS ILEGÍVEIS

Inicialmente cumpre informar que a petição inicial apresentada pelo autor não está apta a gerar efeitos, vez que verifica-se a existência de documentos ilegíveis.

JATUBÁ Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Mito Ana Aguiar Costa

FICHA DE TRANSFERÊNCIA

Paciente: **DANILO DE PAIVA FERREIRA** Código do Paciente Na Unidade:

Sexo: **M** Data de Nascimento: **16/02/1998** Idade: **18 ANOS**

Profissão: **ESTUDANTE** Fm: **JOSE FERREIRA FILHO**

Filiação: **Mãe: ODETE DE PAIVA NASCIMENTO FERREIRA** M: **JATUBÁ-PE**

Endereço: **RUA: JUCURUTI**

Médico(a) Solicitante: **Dr. FELIPE MARIANO**

Hospital de Destino: **HOSP. RECANTO** Senha: **5010 211**

Consultor: **Adilson**

Local de Entregue:

Prejuízo Em Caso de Causa Externa (Acidentes ou Violência):
() 13 Acidente de Trânsito () 14 Acidente de Trabalho Típico () 15 Acidente de Trabalho Trajetos () 16 Violência

Encomendado / Motivo do Encomendamento / Descrição:
**FRATURA DE FÊMUR PROXIMAL DESTACADA
FRATURA DE FÊMUR PROXIMAL + AVALIAÇÃO
SUSCITAÇÃO AVALIAÇÃO (LACERAR) DO
ORTOPEDIA**

Dr. FELIPE MARIANO
Cirurgião e Assinatura do Médico(a)

CÓDIGO DA UNIDADE NA CENTRAL DE REGULAÇÃO: 2403
SUA EXPEDIENTÁRIO INACIO ALEIJO DE ARAUJO, S/H - CENTRO FONE(81)3746-1151 - CNPJ: 18.051.144/0001-90 (INES: 2413788)

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Desta forma, se faz impossível o pleno direito de defesa e contraditório, visto que o autor juntou aos autos documentos exigíveis totalmente ilegíveis a propositura da demanda.

Subsiste óbice intransponível ao suposto direito Autoral, devendo acarretar a extinção do feito, sem resolução do mérito, conforme disposto no artigo 485, inciso I do Novo Código de Processo Civil, combinado com artigo 330, inciso I, e parágrafo primeiro, do mesmo diploma legal.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

ENTRE O SINISTRO NOTICIADO E AS SUPOSTAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS

Imperioso ressaltar que restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que as respectivas notas fiscais de medicamentos estão desacompanhadas de receituário médico, não havendo como afirmar que os procedimentos supostamente realizados têm indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.

Desta forma, não há razoabilidade no pagamento de despesas de procedimentos não prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico, além de compra de medicamentos que excedem o que foi prescrito como adequado ao tratamento pelo profissional³.

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

"b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais"

É notório que os documentos acostados aos autos não demonstram os gastos alegados pelo mesmo e acolhidos como verdadeiros pelo Nobre Magistrado.

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexo causal entre o sinistro noticiado e as supostas despesas com medicamentos⁴, face à ausência de prescrição médica específica e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

³"ACORDAM os integrantes da Egrégia 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital conhecer do recurso por ser tempestivo e, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do fundamentado voto oral da Relatora a seguir transcrito. [...]. **Um tratamento fisioterapêutico, complementar que é, deve ser prescrito, indicado por médico, e não há essa indicação nos autos, especialmente para se ter a certeza que a terapia realmente enfrentou problema decorrente do acidente. Os próprios recibos são extremamente lacônicos porque não dizem nem mesmo a área ou membro tratado, apenas que o serviço foi prestado referente a um acidente automobilístico ocorrido em abril de 2011. Não há certeza sequer quanto à sequência do acidente, pois os documentos que trazem essa informação são todos resultados de declaração do próprio autor. Caso identificada a lesão de extrema de dúvida, ainda restaria saber se realmente foi ela a tratada pelos serviços de fisioterapia pagos pelo autor, pois os recibos não identificam. Apenas dizem que houve pagamento de serviço de fisioterapia relativa ao acidente. Nada obsta que o autor se apresente a um profissional, apresente lesão e diga que foi consequência de um acidente, transferindo o respectivo profissional essa informação para o recibo. Por fim, ponto crucial é a falta de comprovação de indicação médica para a submissão do promovente à terapia em questão. Realmente assiste razão ao recorrente, não há nenhuma prova de nexo de causalidade entre a despesa e o acidente informados. Isto posto, voto pelo provimento do RI e reforma da sentença para que o pedido seja julgado improcedente..."** (TJPB, 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, Recurso Inominado: 3003837-44.2014.815.2001 – 1º Juizado Especial Cível da Capital – Recorrente: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS)

⁴"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DPVAT. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS (DAMS). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E DE PARTE DAS DESPESAS APRESENTADAS. Referiu o autor ter suportado despesas médicas superiores a R\$ 2.700,00 em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 19-08-2012, razão pela qual pretende o reembolso a título de DPVAT-DAMS. O recorrente postulou o acréscimo de valores à indenização conferida aos gastos

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Por inexistir comprovação do nexo de causalidade, requer que os pedidos sejam julgados improcedentes consubstanciados no artigo 487, I do CPC.

DO TETO INDENIZATÓRIO – DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES – DAMS

Cumprido esclarecer que a Lei nº 6.194/74, regulamentadora do seguro obrigatório DPVAT, condiciona o pagamento da indenização securitária a comprovação das despesas médicas suplementares pelas vítimas de acidentes.

Como se observa da citada alínea "c" do art. 3º da Lei n. 6.194/74, a Lei prevê apenas o teto máximo para pagamento da indenização, mas não fixa valores a serem ressarcidos.

Regulamentando a matéria, fora editada a Medida Provisória 340/06 com posterior conversão na Lei 11.482/07, a qual estabeleceu o valor do teto indenizatório para DAMS até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Desta forma, interpretando segundo regra comezinha de hermenêutica onde aduz que *"A lei não contém frase ou palavra inútil, supérflua ou sem efeito"* conclui-se que a expressão "até" delimita o valor da indenização neste teto, não havendo possibilidade de estendê-lo.

DA UTILIZAÇÃO DA TABELA REFERENCIAL

Outro aspecto não menos importante, o artigo 7, § 2º, da referida Lei determina que o CNSP "estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas seguradoras participantes do Consórcio".

Em sentido mais amplo, o artigo 12 da mesma Lei prevê que "o Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei".

Resta clara, portanto, a intenção do legislador em dar competência ao CNSP para regulamentar as formas de pagamentos das indenizações cobertas pelo seguro obrigatório constituído. De outro lado, não há conflito entre a Resolução questionada e a Lei n. 6.194/74, que apenas efetua o tabelamento dos preços dos serviços prestados como referência para as indenizações.

Assim, a utilização da tabela referencial de procedimentos e custos médico-hospitalares, divulgada pelo Convênio DPVAT, não foi estipulada pelas Seguradoras como um "limite de cobertura" inferior ao estabelecido através de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme comumente é propalado.

A aludida tabela representa tão somente uma parametrização das despesas a que estão sujeitas as vítimas de acidentes, efetuada com vistas à uniformização dos custos médico-hospitalares e ao atendimento dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear a aferição e cálculo do valor da indenização.

Ressalte-se que no âmbito de seguro de saúde privado, a utilização das tabelas de preços para os serviços é comum a averbação de valores que excedam os do mercado, evitando-se o superfaturamento dos serviços.

Seguindo tais lineamentos, não se vislumbra motivação para deixar de observar as normas disciplinadoras expedidas pelo citado Órgão para o pagamento buscado na presente ação de cobrança.

com a realização de terapia psicológica. Ausente o nexo de causalidade entre o sinistro e a despesa com o tratamento psicológico a que o autor foi submetido, pela ausência de prescrição específica nos autos, decorrentes exclusivamente do acidente, não há fundamento para a procedência do pedido feito pelo autor a este título. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004895686, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 13/08/2014)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Sendo assim, considerando a ausência de documentos nos autos que justifiquem o pagamento da complementação do reembolso efetuado administrativamente, requer a improcedência do pedido, fundamentado no artigo 487, I do NCPC.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor, foi apurada a seguinte lesão:

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA				
DADOS DO SINISTRO				
Número: 3170538861	Cidade: Jataúba	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: DANILO PAIVA FERREIRA	Data do acidente: 26/09/2016	Seguradora: SUHAI SEGURADORA S.A.		
PARECER				
Diagnóstico: FRATURA DE 1º METACARPO (POLEGAR) DIREITO				
Descrição do exame médico pericial: LIMITAÇÃO IMPORTANTE DA OPOÊNCIA DO POLEGAR DIREITO, MAS FUNÇÃO DA MÃO PRESERVADA. FLEXO-EXTENSÃO DAS FALANGES PRESERVADAS.				
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO COM FIOS DE AÇO E FISIOTERAPIA SEM COMPLICAÇÕES.				
Sequelae permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL GRAVE DO POLEGAR DIREITO.				
Sequelae: Com sequela				
Data da perícia: 28/11/2017				
Conduta mantida:				
Observações:				
Médico examinador: Luiz de Lima Casanova Neto				
CRM do médico: 17761				
UF do CRM do médico: PE				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos Polegar com metacarpo-Perda completa da mobilidade de um dos dedos polegar com metacarpo	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25
PRESTADOR				
SAUDESEG SISTEMAS DE SAÚDE LTDA				
Médico revisor: GALDINO LEONARDO				
CRM do médico: 17727				
UF do CRM do médico: PE				
Assinatura do médico:				
				

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC⁵.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

⁵“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



DA IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Inicialmente, cumpre ressaltar que o julgamento antecipado da lide trata-se de uma mera faculdade do magistrado e não uma obrigação.

Além disso, o julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questões de direito ou também de mérito quando existirem provas suficientes, pressupostos estes ausentes no caso em tela, em face da produção de prova pericial, imprescindível para o deslinde da presente demanda⁶.

Neste raciocínio, o julgamento antecipado da lide violaria o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, em razão da necessidade de prova pericial a comprovar a invalidez alegada na inicial a ensejar o pagamento da indenização pretendida.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Deste modo, diante do acidente narrado na exordial ocorrido em 26/09/2016, houve pagamento administrativo no valor de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) de acordo com a lesão apresentada pela vítima.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁷.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁸.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

⁶“COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE SENTENÇA ANULADA - Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, inafastável afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pelo demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização devida - Anula-se a r. sentença, de ofício, para prosseguimento do feito.” (TJ-SP - APL: 00075644620128260281 SP 0007564-46.2012.8.26.0281, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 30/06/2014, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2014)

⁷APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INVALIDEZ DE CARÁTER PARCIAL - LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO - DEBILIDADE PERMANENTE COMPROVADA EM LAUDO PERICIAL - APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO - FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO DE ACORDO COM O GRAU DA INVALIDEZ - PROPORCIONALIDADE - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - UTILIZAÇÃO DA LEI Nº 6.194/74 COMO PARÂMETRO DE FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DE FORMA JUSTA E EQUÂNIME - MATÉRIA DECIDIDA EM ÂMBITO DE RECURSO REPETITIVO - APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO RECURSO. (TJPB - APELAÇÃO CÍVEL N.º 0000346-88.2012.815.0081 - DATA JULGAMENTO 15/04/2015)

⁸**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- **Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**
- **Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 2,531.25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).**

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁹.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação¹⁰

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

⁹“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

¹⁰ **art. 1º . (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JATAUBA, 4 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205



Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2015
DPVAT/JUR – 583/2015

Ao

EXMO. JUIZ COORDENADOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Coordenadoria Geral do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos
Ilmo. Sr. Dr. Ruy Trezena Patu Júnior

Assunto: Resposta ao Ofício Nº 005/2015 - CGSRCAC

A Seguradora Líder de Consórcios de Seguro DPVAT em resposta ao ofício Nº 005/2015 - CGSRCAC, encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco vem se comprometer a efetuar o pagamento com despesas referentes ao trabalho realizado pelos peritos indicados pelos juízes nos processos do Consórcio do Seguro Dpvat no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Após a realização da perícia, e consecutiva intimação do resultado da mesma através de seu patrono constituído nos autos, a Seguradora Líder DPVAT promoverá o pagamento dos honorários periciais em até 15 (quinze) dias a contar da intimação para o pagamento, caso não reste qualquer necessidade de informação complementar ao laudo produzido.

Destacamos que a presente medida resultará em celeridade no Tribunal de Justiça, e acreditamos que com tal medida deste T. Tribunal de Justiça, em especial às metas de baixa processual estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Cordialmente,


Marcelo Davoli Lopes
Diretor Jurídico

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder-DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na OAB/PE sob o nº 30225, com escritório na RUA 48, 138 - ESPINHEIRO - RECIFE - PE - CEP: 52020-060, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DANILO PAIVA FERREIRA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **JATAUBA**, nos autos do Processo nº 00001496320198172820.

Rio de Janeiro, 4 de março de 2020.



FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





11/03/2020

Número: **0000149-63.2019.8.17.2820**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Jataúba**

Última distribuição : **26/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DANILO PAIVA FERREIRA (AUTOR)		KELLY JULLIANNY SANTOS FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59066071	11/03/2020 10:55	ANEXO 1	Outros (Documento)



ATENDIMENTO: RUA FR CANECA - NUN. - 00152 - MAURICIO DE NASS
AU CARUARU PE 55012-330

CNPJ 09.769.035/0001-64
INSC. EST. Nº 18.1.001.0014398-2



DADOS DO CLIENTE		MATRÍCULA: 104896060 Set/2017	
MARIO JANDOIR DE ARAUJO			
R COLOMBIA, N. 00047 - MAURICIO DE NASSAU CARUARU PE 55012-260			
INSCRIÇÃO: 041.541.330.0171.000 GRUPO: 3 DEB. AUTOMÁTICO: 104896060			
SITUAÇÃO AGUA	SITUAÇÃO ESGOTO	QUANTIDADE DE ECONOMIAS	
LIGADO	FACTIVEL	PREVISTO: 104896060	
HIDRANTE	DATA LEIT. ANTERIOR	DATA LEIT. ATUAL	LOCO DE CONSUMO (VAL)
A13B000701	26/08/2017	26/09/2017	MEDIA HD
AQUA:			
LEIT ANT: 308		CONSUMO: 17	
LEIT ATU:		HD SOTERRADO	
LEIT FAT: 325			
HISTORICO DE CONSUMO			
REFERENCIA	CONSUMO	NUMERO DE AMOSTRAS	
		EXIG. PORT.	ANALISES ATENDEM
		MS 2.914/11	REALIZ. 8 LEGIS
08/2017	17	TURBIDEZ	166 169 12
07/2017	15	COR APARENTE	166 169 0
06/2017	14	CORO RESIDUAL	166 169 169
05/2017	18	COLIF. TOTAIS	166 169 168
04/2017	18	E. COLI	166 169 169
03/2017	18		
MEDIA: 17		Qualidade de Agua: www.compesa.com.br	
OBS.: (1) COLIFORMES TOTAIS AUSENCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS			
(2) OS PARAMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SAO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITARIAS DA AGUA			
(3) OS PARAMETROS COR E TURBIDEZ SAO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA AGUA			
DESCRICAO DOS SERVIÇOS		CONSUMO	TOTAL(R\$)
AGUA			

05.802.494/0001-41
TRAÇÃO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL C
Boa Vista - CEP: 50.060-010
RECIFE-PE



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170538861 **Cidade:** Jataúba **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: DANILO PAIVA FERREIRA **Data do acidente:** 26/09/2016 **Seguradora:** SUHAI SEGURADORA S.A.

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DE 1º METACARPO (POLEGAR) DIREITO

Descrição do exame médico pericial: LIMITAÇÃO IMPORTANTE DA OPOÊNCIA DO POLEGAR DIREITO, MAS FUNÇÃO DA MÃO PRESERVADA. FLEXO-EXTENSÃO DAS FALANGES PRESERVADAS.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO COM FIOS DE AÇO E FISIOTERAPIA SEM COMPLICAÇÕES.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL GRAVE DO POLEGAR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 28/11/2017

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Luiz de Lima Casanova Neto

CRM do médico: 17761

UF do CRM do médico: PE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos Polegar com metacarpo-Perda completa da mobilidade de um dos dedos polegar com metacarpo	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25

PRESTADOR

SAUDESEG SISTEMAS DE SAÚDE LTDA

Médico revisor: GALDINO LEONARDO

CRM do médico: 17727

UF do CRM do médico: PE

Assinatura do médico:





DECLARAÇÃO

Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu MARIO JANDOIR DE ARAUJO, portador(a) do

RG nº 2923963, expedido por S.D.S. PE, em
05.10.412072 CPF/CNPJ nº 386058134-75

na qualidade de procurador(a)/intermediário(a) do beneficiário(a) DANILO
PAIVA FERREIRA do sinistro de DPVAT da natureza INVALIDEZ
da vítima DANILO PAIVA FERREIRA, e conforme

determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: RECUSO Renda Mensal: R\$ RECUSO

Documentos comprobatórios: RECUSO
05.802.434/0001-41
TRAÇÃO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior 04 OUT. 2017
ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO
Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C
Boa Vista - CEP- 50.060-010
RECIFE-PE





Declaração do Proprietário do Veículo

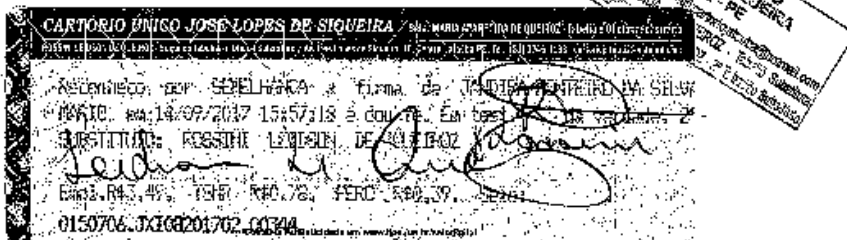
Eu, JANDIRA MONTEIRO DA SILVA MARIO,
RG nº 6093724, data de expedição 25.10.17998
Órgão S.S.P. PE, portador do CPF nº 037856744-08, com
domicílio na cidade de JATAUBA, no Estado de
PERNAMBUCO, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
_____, nº _____,
complemento CASA, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima DANILO PAIVA FERREIRA cujo o condutor era
DANILO PAIVA FERREIRA.

Veículo: MOTO
Modelo: HONDA CG 725 FAN KS
Ano: 2012
Placa: PF2 4607
Chassi: 9C2J24710CR566296
Data do Acidente: 26-09-2016
Local e Data: JATAUBA 21-09-2017

Jandira monteiro da silva mario
Assinatura do Declarante 05.802.494/0001-47
TRACÃO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, 51.902 BL. C
Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro quem não é vítima reclamante do sinistro)






CUJLS

X Panda da Silva Pereira

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0388019/17
Vítima: DANILO PAIVA FERREIRA
CPF: 131.754.254-10

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 26/09/2016
Titular do CPF: DANILO PAIVA FERREIRA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro
Boletim de ocorrência
Declaração do Proprietário do Veículo

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

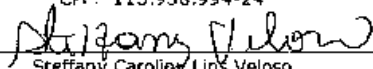
Portador da documentação entregue

Data da entrega: 14/11/2017
Nome: MARIO JANDOIR DE ARAUJO
CPF: 386.058.134-15

MARIO JANDOIR DE ARAUJO

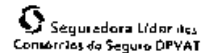
Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 14/11/2017
Nome: Steffany Carolyn Lins Veloso
CPF: 115.938.994-24


Steffany Carolyn Lins Veloso



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0381511/17
Vítima: KELI CRISTINA DE SOUZA
CPF: 405.925.218-26

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 03/07/2016
Titular do CPF: KELI CRISTINA DE SOUZA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

MARIO JANDOIR DE ARAUJO : 386.058.134-15

Procuração

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 14/11/2017
Nome: MARIO JANDOIR DE ARAUJO
CPF: 386.058.134-15

MARIO JANDOIR DE ARAUJO

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 14/11/2017
Nome: Steffany Carolyn Lins Veloso
CPF: 115.938.994-24

Steffany Carolyn Lins Veloso



FICHA DE ATENDIMENTO DA URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA

Data do Atendimento
Hora do Atendimento

26/09/2016
10:32:44



Paciente: **DANILO PAIVA FERREIRA**

Cartão SUS: 700.005.192.067.809

Sexo: M Data de Nascimento: 16/02/1998 Idade: 18 ano(s), 7 meses e 10 dias

Nº Prontuário:

Profissão: Trabalhadores agropecuários polivalentes e trabalhadores assemelhados

Filiação: MIA ODETE DE PAIVA NASCIMENTO FERREIRA

Pai: JOSÉ FERREIRA FILHO

Endereço: SÍTIO JUCURUTU

Nº

Bairro:

DDD: 081 Fone: 981490818

CEP

JATUBA - PE

Responsável/Trazido por: O MESMO

Recepcionista: SÉRGIO BRENO DE SOUSA

Técnico de Enfermagem

JOSE JOSEILDO DA SILVA

Médico(a): NICACIO AMORIM

Pressão Arterial: x

Pulso:

Temperatura:

Peso:

Doenças Crônicas, Referidas e ou Alergias:

Preencher Em Caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

() 33 Acidente de Trânsito () 34 Acidente de Trabalho Típico () 35 Acidente de Trabalho Trejeto () 36 Violência

Descrição:

Histórico da Doença Atual:

Paciente vítima de acidente com motocicleta

Diagnóstico Provisório:

Fratura por trauma por choque

Conduta:

- ANALGESIA

- IMOBILIZAÇÃO

- TRANSFERÊNCIA

(HOSP. REGIONAL RUA)
SOLHA: 5010 231

Observação:

Erivania Bezerra Silva
Técnica Mobilização
ANEXO 2010/04

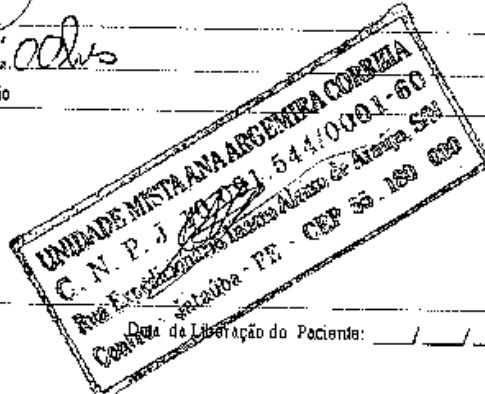
11:00hs

Atendimento(s) Anterior(es) Data do Atendimento e Diagnóstico Provisório

* 11/05/2017 ITU * 17/03/2017 * 20/12/2016 GASTRITES

Última Conduta Realizada:

11/05/2017 - GENTAMICINA EV



Dr. Nicácio Amorim
MÉDICO
CRMPE 23.622

Tipo de Atendimento: () Urgência/Emergência () Ambulatório

Dr. Nicácio Amorim
MÉDICO
CRMPE 23.622

Carimbo e Assinatura do Médico(a)

05.802.494/0001-4
TRAÇÃO CORRETOR
DE SEGUROS LTDA

Carimbo e Assinatura do(a) Técnico Enfermagem

Assinatura do Recepcionista

Rua Expedicionário Inácio Aleixo de Araújo, S/N - Centro CEP 55.180-000 Fone (81)3746-1151 Fax (81)3746-1132 - Jataúba - PE
Rua da Aurora, Nº 175, SL 901 BL. C.N.P.J. 10.091.544/0001-60 CNES 2433788
Boa Vista - CEP: 50.060-010 RECIFE-PE

FICHA DE TRANSFERÊNCIA

Paciente CAMILO DE PAIVA FERREIRA

Código do Paciente Na Unidade:

Sexo M Data de Nascimento 16/02/1996 Idade 19 ANO(S)

Profissão ESTUDANTE

Residência Mãe ODETE DE PAIVA NASCIMENTO FERREIRA

Pai JOSÉ FERREIRA DILLO

Endereço SÍTIO JUCURUTI

UF JATUBÁ - PE

Médico(s) Solicitante DR. PHILIPPE MARCÃO

Endereço de Destino

Hosp. Parto e Neonatal - Unidade (Completa) Senha S010251

Outros:

Tratamento Específico:

Preenchimento da Causa do Caso: (Acidentes ou Violência)

() 1) 2) Acidente de Trânsito () 3) 4) Acidente de Trabalho Típico () 5) Acidente de Trabalho Trajetos () 6) Violência

Exame-Exame / Motivo do Encaminhamento / Descrição:

TRAUMA EPITÓIO Proximal Anterior
Dor no local. Fome normal. Gêl. e Apêndice
Exame físico normal (Abdominal) de
Cintilografia

DR. PHILIPPE MARCÃO
FLEORIO
CRM 12.123

Código e Assinatura do Médico

05.802.494/0001-41
TRAÇÃO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

CÓDIGO DA UNIDADE NA CENTRAL DE REGULAÇÃO: 1241

UNIDADE MEDICINA ASSOCIADA THAÍO ALEXANDRE DE ARAÚJO JUNIOR - CENTRO FORTALECER

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C

Boa Vista - CEP 50.060-010

RECIFE-PE



HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE EMERGÊNCIA

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Atendimento: 262242 Prontuário: 283830

Nome: DANILO PAIVA FERREIRA
 Data Nasc.: 16/02/1998 Idade: 18 Sexo: MASCULINO Cor: PARDA Religião:
 CPF: 13175425410 RG: 10150856 CNS: 700005192067809
 Endereço: SÍTIO JURUCUTU Nº: 0
 Bairro: ZONA RURAL Cidade: JATAUBA Estado: PE
 CEP: 55180000 Fone: 981490818 Profissão: AGRICULTOR
 Nome da Mãe: ODETE DE PAIVA NASCIMENTO FERREIRA
 Acompanhante:
 Motivo do Atendimento: QUEDA DE MOTO
 Clínica: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

2 - ATENDIMENTO

Data: 26/09/2016 13:43

Médico: MEDICO PLANTONISTA

Queixa Principal / HDA:

Lesão na Mão (D) OI DENE

Exame Físico:

EDEMA.

PA: FC: FR:

Diag. Provisório:

fratura 1º MFC (D)

fratura 2º MFC (D)

Prescrição:

Dieta:

Data

Horário

Ata de Lesão

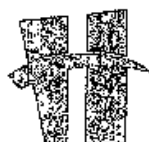
05.802.494/0001-43
 TRACÇÃO CORRETORA
 DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C
 Boa Vista - CEP: 50.060-010
 RECIFE-PE

1 de 2





HOSPITAL
JESUS PEQUENINO

Al Danilo Para Teuema

laudo de idin

O ponto pr idin de tuema,
apontando fuma do 1º nebrapo
diverto, subarido à tistanto
avirgo (farto am-pas de
tes). Endei em orrididapo de
fuma ex dor nejidish.

CNDI= 562-3

CRM-PE 21029
CRM-PA 7451
CRM-PA 7451
CRM-PA 7451
CRM-PA 7451

Av. Major Aprigio da Fonseca, s/n - Bezerros - PE - Fone/Fax: (0xx81) 3728.1586 / 1099

05.802.494/0001-41
TRACAO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C
Boa Vista - CEP- 50.060-010
RECIFE-PE



Protocolo: 2017 09.0174

MS-DATASUS
VERSÃO: 13.40

PROGRAMA DE APOIO A ENTRADA DE DADOS DE AII - SISAII01
INSTITUTO ALCIDES DANDRADE LIMA
ESPELHO DA AII

O.E: M260190001 ESFERA: PRIVADO APRESENTAÇÃO: 01/2017 PAG.: 1
Num AII: 281610508081-1 Situação: EXPORTADA Tipo: 01-PRINCIAL Apresentação: 01/2017 DATA: 18/01/2017
Data Autorização: 01/10/2016
Especialidade: 01 - CIRURGICO Orgão Emissor: M260190001 CRC: 08F816E2C3
Doc autorizador: 980016003672395 Doc med resp: 204322839720003 Doc diretor clínico: 204322839720003 Doc médico coif: 100512953070003
CNS: 2344254 - INSTITUTO ALCIDES DANDRADE LIMA CNS: 70000516208780-9
Paciente: DANILO PAIVA FERREIRA Prontuário: 111420
Data Nasc.: 16/02/1998 Sexo: MASCULINO Nacionalidade: 010 - BRASIL Tipo Doc.: Identidade Doc: 10150656
Responsável pac.: DANILO PAIVA FERREIRA Nome da Mãe: ODETE DE PAIVA NASCIMENTO FERREIRA
Endereço: SÍTIO JURUCUTU Bairro: SÍTIO Raça/Cor: 04-AMARELA Ethn: 0000-NAO SE APLICA
Município: 280800 - JATAUBA UF: PE CEP: 55180-000 Telefone: (01)0331-62425 Muda Proc.?: NÃO
Procedimento solicitado: 04.08.02.048-6 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURAS DOS OSSOS DO CARPO
Procedimento principal: 04.08.02.048-6 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURAS DOS OSSOS DO CARPO
Diag. principal: S820-FRATURA DO OSSO NAVICULAR [ESCAFOIDE] DA MAO
Complementar:
Caráter atendimento: 02 - URGENCIA
Data internação: 01/10/2016 Data saída: 07/10/2016 Mot saída: 12 - ALTA MELHORADO
Liberação SISAII01:
[Causas Externas (Acidente ou Violência)]
CNPJ do Empregador: - - - - - CHAER: -
Vínculo Previdência: - - - - - CSOR: -

PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Linha Procedimento Documento CBO CNES/CNPJ Anular Valor n/ Cód Cmot Descrição
1 0408020486 100512953070003 225210(1) 2344254 2344254 1 10/2016 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURAS DOS
2 0408020486 204322571080018 225151(6) 2344254 2344254 1 10/2016 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURAS DOS
3 0401010015 980016286070848 223506 2344254 2344254 0 10/2016 CURATIVO GRAU II C/ OU S/ DEBRIDAMENTO
4 0401010015 980016286070848 223506 2344254 2344254 7 10/2016 CURATIVO GRAU II C/ OU S/ DEBRIDAMENTO

CD SECUNDARIO
Cid Característica Descrição
Y399 PREEXISTENTE OUTROS FATOS OU EVENTOS ESPECIFICADOS - LOCAL NAO ESPECIFICADO
Número de Nascidos Número da Saída Nº Pré-Natal:
Vivos: Mortos: Altas: Transf.: Óbitos:

"De acordo com a Portaria SAS/MS Nº 92 de 22 de agosto de 1995 publicada no Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 24.08.1995. Seção I, p. 12988, uma via deste relatório deve ser arquivada no prontuário do paciente"

ASSINATURA E CARIMBO
DIRETOR DO HOSPITAL

Rogério Pinheiro Aragão Filho
Médico
CREMEPE: 5379

05.802.494/0001-41
TRACAO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL C
Boa Vista - CEP: 50.060-010
RECIFE-PE

Conferido Com Documento
Original Bezerra PE 06/07/17
Hospital Jesus Pequeno
Ana Amorim
Assessora Social
CREMEPE 4471





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 10.150.856	DATA DE EXPIRAÇÃO 02/02/2015
NOME DANILO PAIVA FERREIRA	
FILIAÇÃO JOSE FERREIRA FILHO	
MATERNA ODETE DE PAIVA NASCIMENTO FERREIRA	
NATURALIDADE JATÁUBA - PE	DATA DE NASCIMENTO 16/02/1998
D.O.C. ORDEM 0755610155 1998 1 00010 017	
0010575 70 JATÁUBA - PE	
ASSINATURA DO DETENTOR	
LEI Nº 7.196 DE 29/08/88	
F-65 20.649 - 0000	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE PERNAMBUCO 01R32	
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BLUM	
DANILO PAIVA FERREIRA	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
Número
131.754.254-10
Nome
DANILO PAIVA FERREIRA
Nascimento
16/02/1998
VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

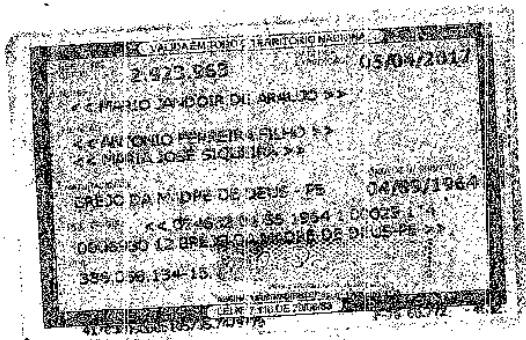
CÓDIGO DE CONTROLE
FEAF 24AD.6A85.E469
A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet no endereço
www.receita.fazenda.gov.br
Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
as 09:31:53 do dia 24/08/2015 (hora e data de Brasília)
digito verificador: 00

05.802.494/0001-41
TRAÇÃO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

04 OUT, 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL C
Boa Vista - CEP: 50.060-010
RECIFE-PE





05.802.494/3001-43
TRACAO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 Bl. C
Boa Vista - CEP: 69.062-010
RECIFE-PE



OUT
0007

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTERIO DAS CIDADES	
DETRAN - PE		Nº 012238989708	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO			
VIA	0000 DESENVOLVIMENTO	1	4751236
JANDIRA MONTEIRO DA SILVA MARIO			
JATAUBA - PE			
PLACA ANT/V	031.836.744-03	PLACA	PE 34807
PLACA ANT/V	031.836.744-03	CHASSI	9C2JC4120CR56296
REPECAP	101112	COMBUSTIVEL	GASOLINA
PRO-MOTOCICLISTA			
MARCA/MODELO	HONDA/CG 125 FAN E3	ANO FAB	2012
CAP/POV/CIL	2E/124CL	CATEGORIA	PARTIC
CORRESPONDENTE	VERMELHA		
COTA UNICA	IPVA 2016 QUITADO	VENIC. COTA UNICA	12
PARCELAMENTO/COTAS	25	VENIC. COTAS	25
PREMIO TARIFARIO (R\$)	105 (R\$)	PREMIO TOTAL (R\$)	105 (R\$)
DATA DE PAGAMENTO	01/07/16		
SEM RESERVA			
JATAUBA - PE			
Charles Andrews Sousa Roberto			

BILHETE DE SEGURO DPVAT	
Nº 012238989708	
JANDIRA MONTEIRO DA SILVA MARIO	
ESTE E O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT	
PARA MAIS INFORMACOES, LEIA NO VERSO	
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA	
WWW.DPVAT.COM.BR	
SAC DPVAT 0800 022 1209	
VIA	031.836.744-03
RENAVAM	2012
ANO FAB	2012
CHASSI	9C2JC4120CR56296
PREMIO TARIFARIO	
INS (R\$)	105 (R\$)
CUSTO DO SEGURO (R\$)	105 (R\$)
CUSTO DO BILHETE (R\$)	105 (R\$)
DATA DE PAGAMENTO	01/07/16
DATA DE QUITACAO	01/07/16
SEGURADORA LIDER - DPVAT	
CNPJ 05.248.688/0001-41	
RUA DA AURORA, Nº 175, SL 902 BL. C	
Boa Vista - CEP 50.060-010	
RECIFE-PE	

05.802.494/0001-41
TRAÇÃO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

04 OUT, 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C
Boa Vista - CEP 50.060-010
RECIFE-PE



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170538861 **Cidade:** Jataúba **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: DANILO PAIVA FERREIRA **Data do acidente:** 26/09/2016 **Seguradora:** SUHAI SEGURADORA S.A.

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 24/11/2017

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA NA MAO DIREITA

Resultados terapêuticos: DEPENDE DE PERICIA MEDICA

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO PROCESSO NÃO FORAM PERTINENTES PARA QUE O EXAMINADOR VALORASSE COM SEGURANÇA POSSÍVEIS SEQUELAS ADQUIRIDAS

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT

Nome do médico: PAULO ARTUR DE ARAUJO AMORIM

CRM do médico: 52.86271-1

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 2017

Carta nº: 11792144

A/C: DANILO PAIVA FERREIRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170538861 ASL-0388019/17

Vítima: DANILO PAIVA FERREIRA

Data Acidente: 26/09/2016

Natureza: INVALIDEZ

Procurador: MARIO JANDOIR DE ARAUJO

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **04/10/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **26/09/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Boletim de ocorrência infor. incorretas
- Declaração do Proprietário do Veículo infor. incorretas

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00457/00458 - carta_03

00080229



Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 2017

Carta nº: 11792557

A/C: DANILO PAIVA FERREIRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170538861 ASL-0388019/17

Vítima: DANILO PAIVA FERREIRA

Data Acidente: 26/09/2016

Natureza: INVALIDEZ

Procurador: MARIO JANDOIR DE ARAUJO

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00515/00516 - carta_01



Rio de Janeiro, 24 de Novembro de 2017

Aos Cuidados de: **DANILO PAIVA FERREIRA**

Sinistro: **3170538861**
Vítima: **DANILO PAIVA FERREIRA**
Data do Acidente: **26/09/2016**
Cobertura: **INVALIDEZ**
Procurador: **MARIO JANDOIR DE ARAUJO**

Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3170538861** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00139/00140 - carta_02 - INVALIDEZ



Carta nº 12003153



Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2017

Carta nº: 12069382

A/C: DANILO PAIVA FERREIRA

Nº Sinistro: 3170538861
Vitima: DANILO PAIVA FERREIRA
Data do Acidente: 26/09/2016
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: MARIO JANDOIR DE ARAUJO

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: DANILO PAIVA FERREIRA

Valor: R\$ 2.531,25

Banco: 001

Agência: 000002213-6

Conta: 000010013591-9

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	2.531,25

Dano Pessoal: Dedos Polegar com metacarpo-Perda completa da mobilidade de um dos dedos polegar com metacarpo 25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 =	R\$	2.531,25
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

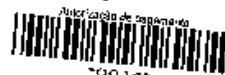
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01423/01424 - carta_15R - INVALIDEZ

00020712





Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, DANILO PAIVA FERREIRA

PORTADOR(A) DO RG Nº 10.330.836 EXPEDIDO POR SPS-PR EM 02/02/2015 E

CPF 133754700 / CNPJ 000000000000000000, PROFISSÃO RECUSO

E RENDA MENSAL DE R\$ RECUSO (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO

SEGURO DPVAT DA VÍTIMA DANILO PAIVA FERREIRA, AUTORIZO A SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO

DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 003 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 2213-6 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 13591-7

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

05.802.494/0001-44

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. **TRAÇÃO CORRETORA**
DE SEGUROS (DPVAT) E PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO.
DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

04 OUT. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C

Boa Vista - CEP: 50.060-010

Caruaru - PE 20 de SETEMBRO de 2017

LOCAL E DATA

Daniilo Paiva Ferreira
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

• O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até **R\$13.500,00** em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até **R\$ 2.700,00** em caso de despesas médico-hospitalares.

• Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.



57588 - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
04/10/2017 - Autoatendimento - 10:57:20
015971661 0329

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM POUPANCA - DINHEIRO

FAVORECIDO DANTLO PAIVA FERREIRA
AGENCIA: 2213-6
CONTA: 13.591-7
VARIACAO 51
VALOR *
NR. ENVELOPE 2.723.282,00

* Acolhido em: 04/10/2017, na Agência 0159-7.

DECLARO-ME CIENTE E DE ACORDO QUE OS
CREDITOS EM POUPANCA EFETUADOS A PARTIR
DE 04/05/2012 ESTAO DISCIPLINADOS
PELA MEDIDA PROVISORIA 567/2012.

*VALOR SUJEITO A CONFERENCIA

Depositos realizados durante o expediente
bancario serao conferidos e processados
ate as 23h59 do mesmo dia. Apes o expediente
bancario, aos sabados, domingos e feriados,
ate as 23h59 do primeiro dia util subsequente.

Se houver divergencia no valor depositado,
o envelope sera processado pelo valor
apurado. Envelopes vazios nao serao abertos
e permanecerao disponiveis por 60 dias na
agencia onde foi depositado, para visualizacao.

Acompanhe o processamento do seu deposito nos
canais BB na opcao "Consulta Envelope":
Aplicativo BB / www.bb.com.br / Caixa Eletronica
Central de atendimento BB: 4003-0146
(capitais e regioes metropolitanas)
ou 0800-729-0146 (demais localidades).

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informacoes.

05.802.494/0001-41
TRAÇÃO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL C
Boa Vista - CEP: 50.060-010
RECIFE-PE



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): Danilo Paiva Ferreira
Endereço do(a) Examinado(a): Rua da Liberdade, 185
Mangue Seco - Jatauba - PE - CEP: 55180-000
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [SDS / PE] 10150856
Data local do exame: [28/11/2017] Caruaru [PE]

Resultado da Avaliação Médica

- I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)
- FRATURA DE 1º METACARPO (POLEGAR) DIREITO
LIMITAÇÃO IMPORTANTE DA OPONÊNCIA DO POLEGAR DIREITO, MAS FUNÇÃO DA MÃO PRESERVADA. FLEXO-EXTENSÃO DAS
FALANGES PRESERVADAS.**
- a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?
(X) Sim () Não
Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (Item V(*)), se necessário
- b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?
(X) Sim () Não
Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (Item V(*))
- II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.
- FOI ATENDIDO NO HOSP DE JATUBA, ENCAMINHADO PARA AVALIAÇÃO ORTOPÉDICA NO HOSP REGIONAL E ENCAMINHADO PARA
CIRURGIA NO HOSP DE BEZERRAS, DE ONDE RECEBEU ALTA SEM INTERCORRÊNCIAS
Data da alta: OUT/16
TRATAMENTO CIRÚRGICO COM FIOS DE AÇO E FISIOTERAPIA
Complicações: NENHUMA**
- III. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?
(X) Sim () Não
Existindo seqüela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatómicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.
- LIMITAÇÃO IMPORTANTE DA OPONÊNCIA DO POLEGAR DIREITO, COM PREJUÍZO IMPORTANTE DA FUNÇÃO DO MESMO**
- Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"
- IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.
- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).
- | | |
|--|---|
| () "Vítima em tratamento" | () "Sem seqüela permanente" |
| <i>Esta avaliação médica deve ser repetida em dias</i> | <i>(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)</i> |
| () "Exame não permite conclusão" | |
| <i>Vide motivo do impedimento no campo das observações</i> | |
- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.
- | | |
|---|---|
| Região Corporal (Seqüela): | Região Corporal (Seqüela): |
| DEDO POLEGAR - Direito | |
| % do dano: () 10% residual () 25% leve | % do dano: () 10% residual () 25% leve |
| () 50% médio (X) 75% intensa () 100% completo | () 50% médio () 75% intensa () 100% completo |
| Região Corporal (Seqüela): | Região Corporal (Seqüela): |
| % do dano: () 10% residual () 25% leve | % do dano: () 10% residual () 25% leve |
| () 50% médio () 75% intensa () 100% completo | () 50% médio () 75% intensa () 100% completo |
- c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).
- () Total = "100% da IS"
- V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Assinatura d(a) Médico(a) Examinador(a)
Carimbo com Nome e CRM


DR. LUIZ CASANOVA
Médico
CRM: 17761





**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 111ª CIRCUNSCRIÇÃO - JATAÚBA - DP111ªCIRC
DINTER1/15ªDESEC**

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 17E0201000289

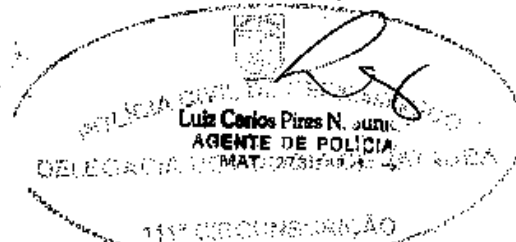
Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **15/09/2017** às **10:01**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia **28/9/2016** no período da Tarde

Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE JATAUBA, 1, SÍTIO JURUCUTU - Bairro: ZONA RURAL - JATAUBA/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

INEXISTENTE (AUTOR/AGENTE)
JANDIRA MONTEIRO DA SILVA MARIO (OUTRO)
DANILO PAIVA FERREIRA (VÍTIMA)



Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) **Sr(a) DANILO PAIVA FERREIRA**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

DANILO PAIVA FERREIRA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: ODETE DE PAIVA NASCIMENTO FILHO Pai: JOSE FERREIRA FILHO Data de Nascimento: 16/2/1998 Naturalidade: JATAUBA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 10150858/SDS/PE (RG) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2º. GRAU INCOMPLETO Telefones Celulares: - 981755295

Endereço Residencial: MUNICÍPIO DE JATAUBA, 1, SÍTIO JURUCUTU - CEP: 0 - Bairro: ZONA RURAL - JATAUBA/PERNAMBUCO/BRASIL

JANDIRA MONTEIRO DA SILVA MARIO (não presente ao plantão) - Sexo: Feminino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

INEXISTENTE (não presente ao plantão) - Sexo: Feminino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTO (VEÍCULO) de propriedade do(a) Sr(a): JANDIRA MONTEIRO DA SILVA MARIO, que estava em posse do(a) Sr(a): DANILO PAIVA FERREIRA
Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA/HONDA/CG Objeto apreendido: Não
Cor: VERMELHA - Quantidade: (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Boa Vista - CEP 50.060-010
RECIFE-PE

Complemento / Observação

SEGUNDO INFORMOU O DEPOENTE ESTAVA NA SUA MOTO DESCRITA NO BO VINDO DO SÍTIO JURUCUTU PARA A

15/09/2017, 10:01



CIDADE DE JATUBA QUANDO PERDEU O CONTROLE DA REFERIDA MOTO, POIS BATEU EM UMA PEDRA, E NA QUEDA O DEPOENTE QUEBROU UM DEDO DA MÃO DIREITA CONFORME DOCUMENTOS APRESENTADOS.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

+ Danilo Paiva Ferreira
DANILO PAIVA FERREIRA
(VITIMA)

B.O. registrado por: LUIZ CARLOS PIRES NUNES JUNIOR - Matrícula: 273185-1

RECIBO DE BOLETIM DE Ocorrência nº 05.802.494/0001-43
de 04 de Outubro de 2017
LUIZ CARLOS PIRES NUNES JUNIOR
AGENTE DE POLÍCIA
MAT. 273.185-1

05.802.494/0001-43
TRAÇÃO CORRETORES
DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL C
Boa Vista - CEP 50.060-010
RECIFE-PE

15/09/2017, 10:01





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 111ª CIRCUNSCRIÇÃO - JATÁUBA - DP111ªCIRC
DINTER/15ª DESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **17E0201000350**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **07/11/2017** às **16:29**

Complementa o BO Número: **17E0201000289**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia **26/9/2016** no período da **Tarde**

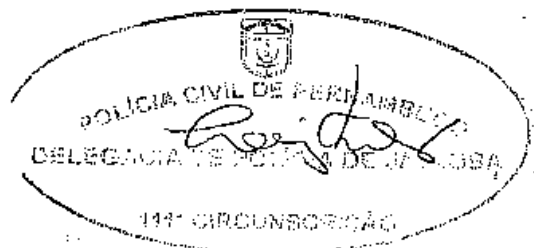
Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE JATÁUBA, 1, SÍTIO JURUCUTU - Bairro: ZONA RURAL - JATÁUBA/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

INEXISTENTE (AUTOR / AGENTE)
JANDIRA MONTEIRO DA SILVA MARIO (OUTRO)
DANILO PAIVA FERREIRA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **DANILO PAIVA FERREIRA**



Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

DANILO PAIVA FERREIRA (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **ODETE DE PAIVA NASCIMENTO FILHO** Pai: **JOSE FERREIRA FILHO** Data de Nascimento: **16/2/1998** Naturalidade: **JATÁUBA / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **10150856/SD3/PE (RG)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Escolaridade: **2ª. GRAU INCOMPLETO** Telefones Celulares: **- 981755295**

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE JATÁUBA, 1, SÍTIO JURUCUTU - CEP: 0 - Bairro: ZONA RURAL - JATÁUBA/PERNAMBUCO/BRASIL**

JANDIRA MONTEIRO DA SILVA MARIO (não presente ao plantão) - Sexo: **Feminino** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

INEXISTENTE (não presente ao plantão) - Sexo: **Feminino** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTO (VEÍCULO) de propriedade do(a) Sr(a): **JANDIRA MONTEIRO DA SILVA MARIO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DANILO PAIVA FERREIRA**
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG** Objeto apreendido: **Não**



Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PFZ4607** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO) Chassi: **9C2JC410CR566296**
Ano Fabricação/Modelo: **2012/NÃO INFORMADO** Combustível: **ALCO/GASOL**

Complemento / Observação

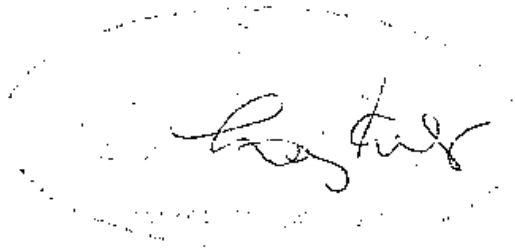
SEGUNDO INFORMOU O DEPOENTE ESTAVA NA SUA MOTO DESCRITA NO BO VINDO DO SÍTIO JURUCUTU PARA A CIDADE DE JATAUBA QUANDO PERDEU O CONTROLE DA REFERIDA MOTO, POIS BATEU EM UMA PEDRA, E NA QUEDA O DEPOENTE QUEBROU UM DEDO DA MÃO DIREITA CONFORME DOCUMENTOS APRESENTADOS.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

Daniilo Paiva Ferreira

DANILO PAIVA FERREIRA
(VITIMA)

B.O. registrado por: **LUIZ CARLOS PIRES NUNES JUNIOR** Matrícula: **273185-1**



05.802.494/0001-4
IMAGEM CORRETORA
DE SEGUROS ITDA

14 NOV. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SE 902 BL C
Boa Vista - CEP: 50.060-010
RECIFE, PE

09/11/2017, 16:2



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, DANILLO PAIVA FERREIRA, portador da carteira de identidade nº 10.150.856 e inscrito no CPF/MF sob o nº 333.753.254-10 residente e domiciliado na RUA DA LIBERDADE Nº 383 Cidade JATAUBA Estado PE declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- (☒) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- (☐) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- (☐) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Danillo Paiva Ferreira

Assinatura do declarante 05.802.494/0001-41
conforme documento de identificação 05.802.494/0001-41
CORRETORA DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

Rua da Moura, Nº 175, SL 902 BL. C
Boa Vista - CEP: 50.060-010

CAVIAN-PE 20 de Setembro de 2017 RECIFE-PE

Local e data



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 11/03/2020 10:55:24
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031110552389000000058087803>
 Número do documento: 20031110552389000000058087803

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 30/11/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.531,25

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: DANILO PAIVA FERREIRA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 02213-6

CONTA: 000010013591-9

Nr. da Autenticação 1583FEF2443DF29F



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA



Eu, DAVILDO PAIVA FERREIRA

RG nº 10.150.856, data de expedição 02/02/2015, Órgão SDS-PE

CPF nº 131.754.254-10, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA DA LIBERDADE</u>
Número	<u>385</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>MANGUE SECO</u>
Cidade	<u>JATUBÁ</u>
Estado	<u>PE</u>
CEP	<u>35380-000</u>
Telefone de Contato	<u>81.9.9403-3354 / 81.9.9832-9777</u>
E-mail	<u>MJAndrip@gmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: CARUARU-PE 30 de SETEMBRO de 2017

Assinatura do Declarante:

Davildo Paiva Ferreira

05.802.494/0001-41
TRAÇÃO CORRETORA
DE SEGUROS LTDA

04 OUT. 2017

Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C
Boa Vista - CEP- 50.060-010
RECIFE-PE





Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei 10.438, de 28/04/02
NOTA FISCAL DE FATURA DE CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética de Pernambuco
Av. Afonso de Barros, 175, Edif. Vênus, Recife, Pernambuco - CEP 50.060-010
CNPJ 06.645.532/01-15 | Tel.: 016543-43 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
ODETE DE PAIVA NASCIMENTO FERREIRA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA DA LIBERDADE 165

CPF: 033.030.304-20 NIS: 15348638089

MAHQUE SECONATALLA
JATUBA PE
55180-001

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BARRA VERDE COMINS
Microtensão

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
UNICA 18/03/2017

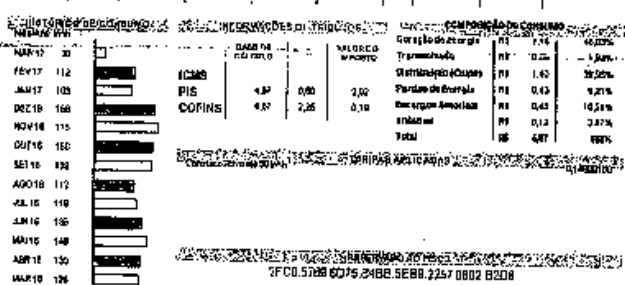
PERÍODO DE FATURAMENTO
18/03/2017 23/03/2017 1785244

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO	UNICA	18/03/2017
DATA DE EMISSÃO	23/03/2017	13/04/2017
TOTAL A PAGAR	1,82	

DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
Consumo Alvo até 30 kWh	30,0000000	0,16219811	4,87
Adesão em Amarelo			0,11
Contribuição Iluminação Pública			0,07
Valor por kWh NF 001881589 - 14/03/17			0,06
Valor por kWh NF 001881589 - 14/03/17			0,02
Compensação DMIC 01/17			-4,28

TOTAL DA FATURA 1,82

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	POSTERIOR	ATUAL	Nº DO CONSUMIDOR	ADJUSTE	CONSUMO (kWh)
74333	CAT	143334	153335	163336	74333	0,00	16,00



INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e serve como documento comprobatório do pagamento da conta de energia elétrica. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e serve como documento comprobatório do pagamento da conta de energia elétrica. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e serve como documento comprobatório do pagamento da conta de energia elétrica. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e serve como documento comprobatório do pagamento da conta de energia elétrica. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e serve como documento comprobatório do pagamento da conta de energia elétrica. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e serve como documento comprobatório do pagamento da conta de energia elétrica. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e serve como documento comprobatório do pagamento da conta de energia elétrica. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e serve como documento comprobatório do pagamento da conta de energia elétrica. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e serve como documento comprobatório do pagamento da conta de energia elétrica. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e serve como documento comprobatório do pagamento da conta de energia elétrica. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado. A Nota Fiscal de Energia Elétrica é emitida em nome do consumidor e deve ser guardada com cuidado.